



Eventos e premiações integraram ações da diretoria.

# Ano I - 2019

# Anuário

# Apeb

Associação dos Procuradores do Estado da Bahia

## ATIVIDADE & VALORIZAÇÃO

Acompanhe nesta publicação os principais feitos da diretoria da Apeb no ano de 2019. Assembleias, defesa das prerrogativas do advogado público estadual, premiações, publicações, eventos científicos, sociais e culturais integraram o primeiro ano de uma gestão proativa, aguerrida e articuladora.

Nesta edição, você confere também um conteúdo exclusivo, que prestigia procuradores em seus feitos na rotina do trabalho e fora dela, além da entrevista com o procurador e vice-presidente do conselho deliberativo nacional da OAB, Luiz Viana Queiroz.



**APEB**

Associação dos Procuradores do Estado da Bahia

**SUMÁRIO**

**DIRETORIA**

**Presidente:**

Cristiane Santana Guimarães

**Vice-Presidente:**

Tatiana Martins de Oliveira

**Secretário Geral:**

Ubenilson Colombiano Matos dos Santos

**Diretor Financeiro:**

Raimundo Luiz de Andrade

**Diretor de Inativos/Pensionistas:**

Alba Freire de Carvalho Ribeiro da Silva

**Diretor Social e de Divulgação:**

Arlley Cavalcante de Oliveira

**Diretor Jurídico e de Prerrogativas:**

Roberto Lima Figueiredo

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Membros Efetivos:**

Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas

André Luiz Peixoto Fernandes

Mariana Machado da Nóbrega

**Membros Suplentes:**

Iara Alves de Paiva Lima

Rosana Jezler Galvão

**CONSELHO FISCAL**

**Membros Efetivos:**

Paulo Borba Costa

Walsimar dos Santos Brandão

Evandro Dias Costa

**Membros Suplentes:**

Roque Luiz Vaz Carvalho de Souza

Márcio César Bartilotti

**CONSELHO DE ÉTICA**

**Membros Efetivos:**

Antônio Ernesto Leite Rodrigues

Mário César da Silva Lima

Dâmia Mirian Lâmega Bulos Sena

**Membros Suplentes:**

Marcela Capachi Nogueira Soares

Mário Rodrigues Coelho Neto

**3 Fala Presidente**

Palavra de boas vindas.

**4 Atos da Diretoria**

Resumo da atuação da diretoria da Apeb em 2019

**5 Apeb Entrevista**

O procurador e vice-presidente do conselho deliberativo nacional da OAB, Luiz Viana Filho, fala da importância do advogado público e dos desafios para a carreira

**8 Eventos Científicos**

Eventos realizados pela Apeb que viabilizaram troca de conhecimento e aprofundamento em temas de relevância para o contexto atual

**11 Social**

Retrospectiva dos principais eventos sociais

**16 Movimento da classe pela classe**

Ações em prol da carreira realizadas no cenário nacional e local

**18 Especial**

Iniciativa que valorizou produção intelectual dos procuradores do Estado e contemplou atuações de destaque

**19 Destaque**

Atuação que merece destaque e que premiou procuradores da Bahia

**20 Fala Procurador**

Histórias de procuradores que exercitam talentos além da Procuradoria



**Fala Presidente**

O presente anuário tem o propósito de sintetizar o início da Gestão APEB 2019-2021, cuja preparação se deu em um período de acomodações associativas internas, avalanches legislativas e de mudanças históricas e sociais das quais o Advogado Público baiano não se furta a participar ativamente, seja colaborando com a efetiva formulação e execução das políticas públicas, seja representando judicial e extrajudicialmente o Estado ou, ainda, participando do processo legislativo.

A Advocacia Pública erigida constitucionalmente a função essencial à Justiça tem enfrentado desafios na conjuntura nacional e estadual, bem como represálias à sua atuação sempre direcionada a preservação do interesse público e à manutenção dos pilares institucionais das procuraturas. Por vezes os ataques se voltam a fragilizar a unicidade, as prerrogativas do advogado público, outras desafiando princípios mais hígidos da Carta Magna, além do Pacto Federativo. Neste contexto a APEB enfrenta uma gestão desafiadora, marcada pela necessária prudência, e juntamente com a ANAPE e outras entidades de classe permanece em mobilização para adoção de medidas necessárias para manutenção de garantias consolidadas no Estado Democrático de Direito e em defesa da Sociedade.

O equilíbrio financeiro da gestão segue a direção determinada pela prudência, mesmo com a estagnação da receita e aumento das despesas ordinárias, contudo com inventividade e vontade de trabalhar a Associação tem realizado projetos importantes de interesse dos Procuradores e de sustentação da carreira, os quais foram retratados neste anuário.

Queremos aqui lembrar que a APEB não se realiza sozinha, mas através de seus Associados, do capital humano, intelectual e cultural da classe. Seguimos felizes, entusiasmados e unidos no trabalho que tentamos realizar independente de toda as atividades cotidianas e laborais de cada componente da Diretoria.

Exemplo desta união, também replicada em fotos nesta Revista e que considero emblemático do ano de 2019 foi o movimento em torno de nossas prerrogativas, de manutenção do §19 do art. 85 do CPC, nacionalmente atacado no Congresso Nacional, já retomado em 2020 através da atuação do Grupo Trabalho Parlamentar, do coletivo UNAP (que reúne Procuradorias do Estado da Bahia e Município de Salvador), do coletivo Carreira de Estado Organizadas- CEO, cujo nascedouro se deu no âmbito da nossa APEB e que atua em ações estratégicas dos Procuradores, Magistrados, Promotores, Juízes, Gestores e Auditores, a exemplo da previdência, reforma administrativa e tributária e, do grandioso movimento dos procuradores baianos contra a alteração da Lei Complementar n. 43/2017, desafiada pelo PLC 139/2019. Isto tudo demonstra que o Advogado Público é o vocacionado à representação e defesa do Estado, da Justiça e do Direito Fundamental de Acesso à Justiça. Estamos em prontidão, unidos e ativos para enfrentamento de cada batalha que surja no cenário nacional e estadual.

Mais uma vez, repito a frase utilizada do discurso de posse, do poeta espanhol Antônio Machado, Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar. Juntos Somos Mais Fortes!

Que tenham uma excelente leitura!

# PRERROGATIVAS

A Apeb, junto a sua assessoria jurídica, vem acompanhando as ações que tratam das prerrogativas dos procuradores, gerenciando estratégias a serem tomadas para atender aos pleitos da classe e seguindo as deliberações em assembleias. O assunto foi tema de inúmeras reuniões entre a diretoria jurídica e de prerrogativas, a secretaria geral e a presidência da Apeb.



TUAÇÃO JUDICIAL	SOBRE A AÇÃO	ANDAMENTO
<b>Teto 2003 (Mandado de Segurança nº 8020337-92.2019.8.05.00)</b>	Estorno do teto – limite remuneratório a ser praticado em favor da carreira e a devolução de valores retroativos indevidamente descontados da remuneração. A ação busca o adimplemento das diferenças de teto reconhecidas administrativamente em 2003 e não pagas até o presente momento.	A Apeb reuniu com o PGE para buscar atuação conciliatória voltada ao tempo e modo de pagamento. Em março/2019 houve a formação de comissão de beneficiários representativos do grupo e formulação de propostas junto ao advogado. Em abril, reunião com o PGE para apresentação das propostas.
<b>Implantação do novo teto constitucional</b>	Apeb apresentará novo requerimento administrativo ao PGE de modo que, não havendo manifestação, será impetrado o mandado de segurança.	Requerimento apresentado para pagamento. Reunião da Apeb com o PGE. Processo enviado à Diretoria Geral em 20/02/2020 para providência de cálculos.
<b>Ação pagamento das diferenças dos honorários advocatícios.</b>	Visa obter o pagamento das diferenças dos honorários advocatícios entre a data da vigência do CPC/15 e a data da vigência da LC 43/2017	Reunião da Apeb com o PGE. Processo enviado à Diretoria Geral em 20/02/2020 para providência de cálculos.

## ASSEMBLEIAS GERAIS

Cinco assembleias gerais foram realizadas pela diretoria da APEB em 2019, nas seguintes datas: 06/02, 26/03, 16/04, 09/09 e 23/09. Diversos assuntos de interesse da classe estiveram em pauta e foram deliberados, tais como demandas jurídicas e de garantia das prerrogativas, assim a criação da comissão de estudos para revisão do estatuto da entidade.

## Presença da Apeb na Anape

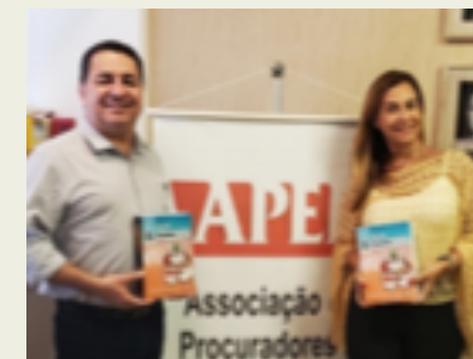
Assuntos legislativos, referentes às prerrogativas dos procuradores, além das reformas administrativa e previdenciária estiveram em pauta nas reuniões do conselho deliberativo da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape) em 2019. A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, representou a Bahia e acompanhou os encontros, que trataram também dos eventos de abrangência nacional, tais como o VII Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais e o XLV Congresso Nacional de Procuradores dos Estados e do DF (CNPEDF).



## Notas

### Anais do CNPE 2018

A Apeb publicou os anais do Congresso Nacional de Procuradores de Estado de 2018 contendo as teses aprovadas com louvor no evento. A organização é do diretor científico Raimundo Andrade, que informou que a publicação, impressa, também será disponibilizada por meio eletrônico para uma maior democratização no acesso. Segundo a presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, a coletânea foi um marco na retomada das produções dos anais e um excelente instrumento de demonstração da condução da classe sobre a temática “Consensualidade e Desenvolvimento”.



### Pautas em comum

A Apeb participou de encontros que discutiram pautas em comum com outras carreiras. Um deles foi com o deputado federal Adolfo Viana (PSDB) no dia 13/02, em Brasília, para tratar da Reforma da Previdência, entre outros pontos. Outro foi com membros da diretoria da Associação dos Defensores do Estado da Bahia (Adep/BA) para tratar de temas correlatos e que teve as presenças também da diretora de pensionistas, Alba Freire, e de Mariana Machado, integrante da comissão da cidadania. Este último foi no dia 20/02, na sede da Adep-BA, na Paralela.



### Atuação conjunta com a SAEB

A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, e a vice, Tatiana Martins, foram recebidas pelo secretário da Saeb, Edelvino Góes, para tratar sobre possibilidades de atuação conjunta nos assuntos de interesse da categoria. O encontro ocorreu no dia 2 de outubro, na sede da secretaria.



Fisioterapeuta especialista em Dermatofuncional e Ortomolecular

*Lulmila Spinola*  
Derma Fitness

Rua Marechal Floriano, 60, Canela  
(71) 99971-7949



Foto: Eugênio Novaes

# LUIZ VIANA QUEIROZ

Vice-presidente do Conselho Federal da OAB

O procurador do Estado e ex-presidente da OAB/BA fala nesta entrevista sobre os desafios da advocacia pública e as principais questões do Direito no país. Leia entrevista exclusiva!

**O senhor é advogado militante e público, enquanto procurador do Estado, e esteve lidando, nos últimos anos, com as principais questões da classe e do Direito no país e no Estado. Quais foram os principais avanços e quais os desafios para os operadores do Direito nos tempos atuais?**

R. Advocacia é profissão que exige permanente educação para que o profissional possa avocar a si a defesa do direito de outras pessoas, sejam pessoas jurídicas públicas ou privadas, sejam pessoas físicas. Nos tempos atuais, às vésperas da 4ª Revolução Industrial provocada pela Era Digital, o grande desafio é acompanhar a velocidade das transformações porque passa o mundo jurídico. O exercício da advocacia tem mudado muito rapidamente. A sociedade contemporânea exige que sejamos capazes de prestar o melhor serviço possível para construir a solução justa em cada caso concreto, tendo por norte a segurança jurídica. Numa época em que tudo está em movimento com velocidade assombrosa, precisamos de flexibilidade e adaptabilidade do profissional do direito, mas isso nem sempre é possível pelas condições de trabalho no serviço público, especialmente pela falta de estrutura implantada do Poder Judiciário. No Brasil, a convivência com valores sociais muito diferentes tem provocado permanente

estado de conflito, que o campo jurídico nem sempre é capaz de oferecer solução. As crises se sucedem e muitas oportunidades vão se oferecendo para quem estiver apto a enxergá-las.

**A OAB integra o Movimento Nacional pela Advocacia Pública. Neste contexto, qual sua visão sobre a atuação do advogado público e como o Movimento pode colaborar com o fortalecimento da carreira?**

R. A OAB abraça e acolhe toda a advocacia, inclusive a advocacia pública, estando sempre ao lado das nossas entidades de classe, como é o caso da ANAPE, à qual sou filiado, buscando garantir melhores condições de trabalho e remuneração justa, dentro dos parâmetros constitucionais. Neste momento, pode ela colaborar com seu firme posicionamento em favor da prevalência do interesse público, segundo os limites previstos na Constituição Federal de 1988, e oferecendo um lugar onde se possa travar um diálogo franco e sereno sobre a melhor maneira de servir à sociedade. É o caso, por exemplo, da discussão sobre honorários de sucumbência da advocacia pública, que costuma sofrer desvio de foco, já que sequer são pagos pelo erário, cabendo o seu pagamento à parte sucumbente. Pode a OAB contribuir para esclarecer o assunto, à luz das regras

constitucionais e legais que garantem o direito de todo advogado receber honorários de sucumbência com natureza alimentar.

**Quais os desafios da Advocacia Pública atualmente?**

R. São muitos os desafios da advocacia pública, atualmente, dentre os quais, destaco a consolidação das carreiras de estado, a autonomia das procuradorias em todas as esferas federativas e a melhoria das condições de trabalho. A defesa do estado, em sentido amplo, envolvendo União, estados-membros e municípios só pode ser feita de maneira sólida e permanente através de profissionais estruturados em carreira de estado, que lhes garanta liberdade e independência, mas, obviamente, submetidos aos controles democráticos dos regimes jurídicos dos servidores públicos. Nesse sentido, igualmente interessa à sociedade, que as procuradorias possuam autonomia técnica e administrativa para que possam melhor empreender a defesa do interesse público, seja no contencioso, seja na consultoria ou na assessoria jurídica. Daí a necessidade de melhorar as condições de trabalho, com aparelhamento físico e tecnológico para a prestação do serviço, bem assim remuneração adequada e proporcional ao tamanho das responsabilidades envolvidas.

**A mudança no governo do país e as denúncias com a Lava Jato trouxeram ambientes amistosos pelos lares dos brasileiros e a própria OAB, na figura de seu presidente, Felipe Santa Cruz, já esteve em situação bastante delicada por conta da linha que vem sendo adotada nos discursos dos líderes governantes e nas relações interpessoais e interinstitucionais. O senhor acha que a democracia brasileira está ameaçada?**

R. O Presidente Felipe Santa Cruz tem dito que a democracia brasileira não está ameaçada, mas foi acesa a luz amarela, tendo em vista a permanente tensão provocada por setores da sociedade civil e da sociedade política que não praticam, nem amparam os princípios e regras democráticas. Neste ponto, a OEA Organização dos Estados Americanos já balizou, fazem, muitos anos, que só há democracia com garantia dos direitos humanos, e só há eficácia dos direitos humanos em ambientes democráticos.

**Neste cenário, o senhor acha que a credibilidade do Poder Judiciário também está ameaçada?**

R. Alguns julgadores brasileiros têm se enredado na grande contradição de permitir a politização de suas decisões, quando, em verdade, o Poder Judiciário existe para garantir o estado democrático de direito, no qual, entre outros, vigora o princípio da separação de poderes. Os juízes são chamados a fazer justiça, mas não podem decidir senão com

base na Constituição e nas leis do país. A liberdade de consciência para julgar não atribui poder sem limites ao julgador, que está submetido às regras democráticas. Não deveria haver lugar para subjetivismos individualistas, nem para espetacularização da sagrada missão de julgar.

**Como lidar com o Judiciário da Bahia depois da Operação Faroeste? Como a OAB, institucionalmente, vê a questão e no que pode colaborar pela reputação do Poder no Estado?**

R. A Operação Faroeste ainda está em curso. É preciso prudência para avaliar sua repercussão. Faço votos de que seja rápida e profunda, punindo os que merecem ser punidos, respeitadas as garantias do devido processo legal e da presunção de inocência. Se ficarem provados casos de corrupção judicial, que sejam aplicadas as sanções previstas na lei.

**Como o senhor vê a atuação das entidades de classe e qual a importância de suas atividades para a democracia em nosso Estado?**

R. As democracias contemporâneas que garantem pluralismo político pressupõem ampla participação de toda a cidadania e aponta, cada vez mais, sobretudo em plena revolução tecnológica, que a sociedade política deve estar sintonizada com as vontades em conflito na sociedade civil. Isso impõe formas de articulação que enriqueçam o debate para se chegar à melhor solução pacífica

das controvérsias. Daí a importância fundamental de entidades de classe que sejam capazes de organizar as pessoas e seus interesses e apresentar propostas diversas para as decisões das instâncias de governo.

**O senhor foi por duas vezes presidente da seccional Bahia da OAB; hoje é vice-presidente do Conselho Federal da Ordem. Como é estar à frente das principais representações da Advocacia no país e no Estado?**

R. Estar na vice-presidência do Conselho Federal da OAB é missão que exige, todos os dias, exercício pleno do compromisso que assumi com nossa classe de fazer o melhor possível. Busco fazer isso com dedicação e ética e cumpro meus deveres com alegria. Espero estar à altura dessa missão que recebi da advocacia da Bahia.



## Representação

A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, e a vice-presidente da associação, Tatiana Martins, representaram a Bahia no XLV CNPEDF, em Fortaleza, nos dias 24 a 27 de setembro. O evento teve como tema "Direito e Tecnologia: as novas práticas da Advocacia Pública na era digital", com objetivo de discutir

o impacto do uso das novas tecnologias na era digital no exercício da Advocacia Pública e do Direito. Outro evento que a Bahia esteve representada foi o VII Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais, que reuniu mais de 400 profissionais da área de todo o Brasil nos dias 8 a 10 de maio, no Rio de Janeiro.

## COLÓQUIO REÚNE CATEGORIAS PARA DISCUTIR REFORMA PREVIDENCIÁRIA



As mudanças e os impactos previstos pela então Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019 (Reforma Previdenciária) foram discutidos durante Colóquio Previdenciário promovido pela Apeb com o intuito de aprofundar o conhecimento e fornecer os esclarecimentos sobre os principais pontos da proposição (até a publicação desta edição, alguns não tinham sido aprovados) afetos ao servidor público.

O evento aconteceu no dia 21 de março, no auditório Paulo Spínola, e reuniu representantes de diversas categorias, entre estas a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (ANAPE), Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), Instituto dos Auditores Fiscais (IAF), Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia (ADEP), Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Bahia (OAB-BA), e PGE-BA.

## INTERLOCUÇÃO ENTRE DIREITO E TECNOLOGIA É TEMA DE SEMINÁRIO

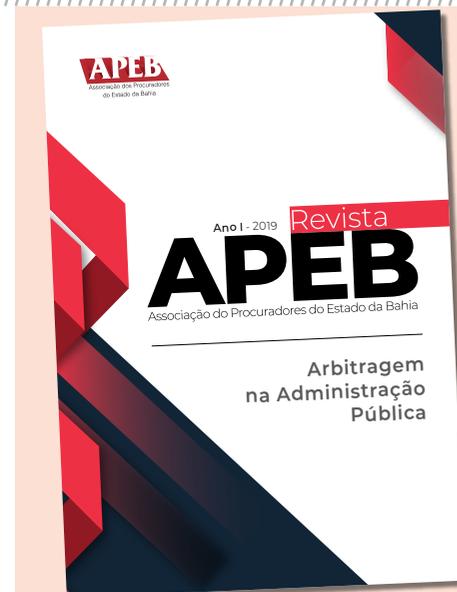
“Políticas Públicas: interlocução entre Direito e Tecnologia” foi o tema do seminário realizado pela Apeb com o intuito de estimular a reflexão e promover a troca de experiências sobre as novas práticas da advocacia pública na era digital. O evento aconteceu no dia 14 de maio, no auditório Paulo Spínola, na Procuradoria Geral do Estado (PGE), com inscrições gratuitas e transmissão ao vivo.

A programação contou com palestras de renomados profissionais nas áreas do Direito e Tecnologia, enfocando temas como “O Estado de Direito e a Cybercultura como Território de Delitos”, “Inteligência Artificial”, “Marco legal da CTI”, entre outros.



## SEMINÁRIO ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Apeb lança revista para publicações sobre o tema*



“Arbitragem e resolução de conflitos na Administração Pública”, por Ronaldo Guimarães Gallo.

Sampaio e Victor Chang Carvalho (“Novas perspectivas da arbitragem na Administração Pública”); Julyanna Silva Renovato (“Reflexões sobre a utilização da arbitragem envolvendo a Administração Pública: Uma análise à luz do princípio da Publicidade”); Alberto Jonathas Maia (“Atuação das procuradorias no processo arbitral”); Ariela de Almeida Serra e Verônica de Almeida Carvalho (“O uso da arbitragem pela Administração Pública brasileira: vantagens e desvantagens”) e Mariana Cerqueira Bezerra (“A Arbitragem na desapropriação por utilidade pública: novos desafios à administração pública”).

Aspectos, impactos, características e desafios da aplicabilidade da arbitragem na Administração Pública foram discutidos no seminário “Arbitragem na Administração Pública”, que teve a Apeb como uma das entidades promotoras.

O evento reuniu procuradores, advogados e profissionais que atuam no âmbito do Direito na Administração Pública no dia 10 de outubro, no auditório Paulo Spínola, na sede da PGE, no CAB, com promoção ainda da Associação de Procuradores do Município do Salvador (APMS), Amcham Brasil, OAB/BA - Comissão de Arbitragem, CAMES e apoios da PGE e PGMS.

A programação incluiu conferência de abertura sobre o tema “Incentivos às Arbitragens com a Administração Pública”, proferida pelo professor e doutor em Direito, Gustavo Justino de Oliveira, além das palestras “Arbitragem em Incentivos Fiscais”, com Cláudio Cairo Gonçalves; “O escopo da Arbitragem quando a Administração Pública está envolvida”, com Cristina Margarete Wagner Mastrobuono, e

Na ocasião, a Apeb lançou a revista “Arbitragem na Administração Pública”, que reuniu produções de procuradores sobre a temática. A publicação está disponível no site da Apeb ([www.apeb.org.br](http://www.apeb.org.br)) e é composta por peças escritas pelos procuradores João Luis Sá Freire Vaz

Como contribuição, participantes do evento elaboraram uma minuta de Lei de Arbitragem para Administração Pública para encaminhamento à Alba; à ocasião entregue à procuradora geral adjunta, Luciane Rosa Croda.



Mesa de abertura



# SEMINÁRIO HOMENAGEIA 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NO SUDOESTE

Evento discutiu sobre Reforma Tributária



O Seminário de Direito Público do Sudoeste Baiano foi mais uma iniciativa da Apeb em 2019, em parceria com entidades diversas. O evento teve como tema “A Reforma Tributária que o Brasil Precisa!” e ocorreu no município de Vitória da Conquista nos dias 17 e 18 de outubro.

A programação fez uma homenagem aos 30 anos da Constituição do Estado da Bahia, reunindo procuradores, gestores públicos e da iniciativa privada, advogados, pesquisadores, estudantes, além de contadores e auditores fiscais, que, diariamente, nos seus misteres, se deparam com as questões tributárias.

O seminário foi organizado pela Apeb em parceria com o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF); OAB-BA; Clube de Diretores Lojistas de Vitória da Conquista (CDL); PGM/Vitória da Conquista; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Faculdade Santo Agostinho (FASA), Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR); e UNILEYA.



Segundo a presidente da associação, o seminário foi um espaço adequado para discussão sobre a Reforma Tributária numa abordagem multi, interdisciplinar e integradora.

# APEB COM NOVA DIRETORIA



A Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (Apeb) ganhou nova diretoria, conselhos consultivo e fiscal para o triênio 2019 a 2021, tendo na presidência a procuradora Cristiane Guimarães, que substituiu o procurador Roberto Figueiredo, que esteve à frente do cargo no triênio 2016 a 2018. A cerimônia de posse aconteceu no auditório da Faculdade de Direito da UFBA, no Canela, reuniu autoridades governamentais e as principais representações do sistema de Justiça da Bahia. Durante a solenidade, a presidente empossada destacou a importância da união entre os procuradores na defesa do Estado e da classe.



Cristiane Guimarães destacou a autonomia técnica dos advogados públicos



O procurador Roberto Figueiredo, que deixou o cargo, assumiu a diretoria jurídica e de prerrogativas da Apeb, destacando o o desafio de conduzir uma entidade de classe com a representatividade da Apeb.

Compuseram a mesa solene Oscimar Alves Torres (presidente da sessão), Luciane Rosa Croda (Procuradoria Geral do Estado), Augusto de Lima Bispo (Tribunal de Justiça - BA), Mário Rômulo de Melo Marroquin (Associação Nacional dos Procuradores de Estado - ANAPE), Firmiane Venâncio (Defensoria Pública), Marcos Sampaio de Souza (Ordem dos Advogados do Brasil - BA), Élbis Rosane de Araújo (Associação dos Magistrados da Bahia - AMAB), Tércio Roberto Peixoto Souza (Associação dos Procuradores do Município do Salvador - APMS) e Júlio Rocha (Faculdade de Direito da UFB).



## EMO7ION

Especialistas em Turismo Personalizado

Para qualquer parte do mundo:  
aéreo, hospedagem, locação de carros, ingressos, passeios, seguro viagem, cruzeiros e muito mais!

EMO7ION@EMO7IONTOUR.COM +55 71 99204 0661

# RETROSPECTIVA

## Sobre 'Encontros, reencontros e recordações'.

Dois momentos de 'Encontros, reencontros e recordações' foram proporcionados pela Apeb no ano de 2019, quando alegria, descontração e cultura uniram os procuradores associados aposentados.

Em uma das edições, a programação foi cultural, com visitas à Catedral Basílica e ao Palacete das Artes Rodin Bahia, encerrando o encontro com um delicioso café da tarde, ao som de jazz e blues.



### Homenagem às mulheres!

Em referência ao Dia da Mulher, a Apeb homenageou todas as mulheres que levantam a bandeira da Justiça (entre elas, as associadas e procuradoras, que ocupam quase 50% do efetivo da PGE) com um brinde especial.

### Sunset no Dia do Advogado!

A Apeb não deixou passar em branco o Dia do Advogado, 9 de agosto. Reuniu procuradores para um sunset, no Acqua Restaurante, na Vila Jardim dos Namorados. De forma descontraída e divertida, proporcionou momentos de entrosamento e confraternização!

### Brunch no Dia da secretária

No dia 30 de setembro, a Apeb comemorou o Dia da Secretária com um brunch descontraído, reunindo alguns dos profissionais que atuam na associação e também na PGE!



## Arraiá da Apeb

E como não pode faltar a comemoração junina, a associação promoveu um Arraiá com muita diversão! Com direito à Rainha do Milho, casamento na roça, comidinhas típicas e muito forró!



### Descomplicando o vinho

A Apeb, em parceria com a @camicado do Shopping da Bahia, promoveu o evento "Descomplicando o Vinho", um workshop ministrado pelo sommelier Ângelo Souza e pela digital influencer Vanessa Souza. O evento, teve patrocínios de A Roça Mercaria - Empório de Delícias do Campo e da Berigeli Geleias, aconteceu no dia 18 de setembro.



1º LUGAR EM ENGENHARIA QUÍMICA NA USP.



E as aprovações estão só começando.

1º lugar geral em engenharia química - Senai/Cimatec.  
3º lugar em medicina - UFBA.



# Confraternização

Ao som de Alexandre Peixe, do violonista Filipe Evans e da banda Gambiarras, a Apeb reuniu associados na Congrats Hall (Paralela) para comemorar as conquistas de 2019 com desejos de muito mais vitórias em 2020.



## APEB INTEGRA COLETIVO DE CARREIRAS DE ESTADO

Grupo representa diferentes categorias do funcionalismo público em prol dos interesses comuns

Um grupo reunindo presidentes de associações que representam diferentes categorias do funcionalismo público foi criado com o objetivo de trabalhar conjuntamente os temas que interessam às classes: o Carreiras de Estado Organizadas (CEO). A Apeb integra este coletivo desde sua fundação e esteve presente em atos e encontros desde a primeira reunião, em 21 de novembro de 2019, em sua própria sede.

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Nelson Leal, recebeu o grupo em 27 de novembro. Na pauta do encontro, teve destaque a preocupação dos dirigentes em se antecipar às reformas administrativa e previdenciária, que poderiam ser encaminhadas pelo Executivo no final de ano. Outro tema que esteve em pauta foi a reforma da previdência apresentada pelo Governo do Estado. Encontro realizado em dezembro teve o objetivo de debater a proposição e elaborar contribuições visando o aprimoramento da PEC nº 158, corrigindo possíveis vícios em busca da garantia dos direitos dos servidores públicos e seus dependentes, sem prejuízo da sustentabilidade do sistema previdenciário baiano.

O CEO é formado pela Associação do Ministério Público (AMPEB), Associação dos Defensores Públicos (ADEP-BA), Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB) e Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF).



Comitiva é recebida pelo deputado Nelson Leal para tratar das reformas administrativa e previdenciária



Primeira reunião do CEO na sede da Apeb. Presentes os presidentes da Ampeb, Adriano Assiz, da Adep, Elaina Rosas; da ACGEB, Daniella Gomes, além de Cristiane Guimarães, anfitriã.



Encontro que debateu a proposta de Reforma da Previdência delimitou articulações com deputados, gestores e secretários para buscar apoio aos pleitos das categorias,

## MOVIMENTO NACIONAL VISA VALORIZAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA

Presidente da Apeb participou de atos no Congresso Nacional

Com o objetivo de impedir a aprovação do Projeto de Lei nº 6381/2019, de autoria do deputado Marcel Van Hattem (Novo/RS), representantes das carreiras que atuam na Advocacia Pública realizaram mobilizações no Congresso Nacional em Brasília e formaram um movimento nacional que visa valorizar o advogado público e combater a proposição do parlamentar, que pretende revogar dispositivo do Código de Processo Civil que prevê os honorários de sucumbência.

A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, participou dos atos nos dias 11 e 16 de dezembro. Entre

os deputados que receberam a comitiva – formada também por presidentes das associações de procuradores de outros Estados e da Anape – estiveram Capitão Wagner (PROS), Domingos Neto (PDT), Tadeu Alencar (PSB) e Arthur Lira (PP).

Segundo a presidente da Apeb, “a Advocacia Pública pôde demonstrar a legitimidade da verba honorária e sua subsunção ao princípio da eficiência, evidenciando tratar-se de encargo processual suportado exclusivamente por recursos privados, que em nada afetam o orçamento público”.



A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, integrantes da Anape e diversas entidades representativas da Advocacia Pública em visita a deputados baianos.



Deputado Daniel Almeida (PC do B) recebeu a comitiva na foto representada pela presidente da Apeb, pelo procurador da Bahia Elder Verçosa, da Comissão de Advocacia Pública da OAB/BA, e Geórgia Campello, membro do Conselho Deliberativo Nato da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.



## Reforma da Previdência



Apeb e Anape marcaram presença no Congresso Nacional para acompanhar as movimentações da PEC 006/2019, que trata da Reforma da Previdência. Durante a segunda semana de Março, foram realizadas diversas visitas a parlamentares e reuniões para tratar do assunto, sempre em busca da defesa das prerrogativas dos procuradores estaduais.



## Visita a Alba

A presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, teve encontro com o líder do governo na Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Rosemberg Pinto (PT) para tratar de assuntos de interesse da classe. A reunião aconteceu no dia 13 de novembro, no gabinete do parlamentar.



## PRÊMIO FAZ HOMENAGEM A ALICE BORGES

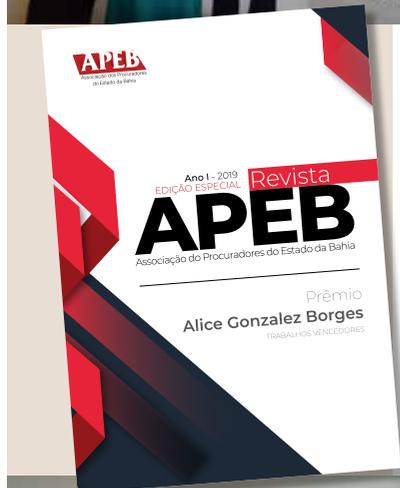
*Três procuradores receberam honraria e tiveram trabalhos premiados em publicação*

Com os objetivos de valorizar a produção intelectual dos procuradores do Estado da Bahia e homenagear a procuradora e jurista Alice Borges, a Apeb promoveu em 2019 uma premiação inédita, que contemplou trabalhos admitidos em formatos diversos pela classe, ligados às atividades da Advocacia Pública, e que resultaram numa publicação especial.

do (PGE). “O nosso capital intelectual, e especificamente neste caso, o ‘ser procurador de estado’ é o fator de sustentação desta Instituição”, declarou a presidente da Apeb, Cristiane Guimarães, ao destacar, em sua fala durante a cerimônia, a importância da união entre as carreiras e de todos estarem ali reunidos num único propósito.

O Prêmio Alice Borges contemplou os procuradores Lizea Magnavita Maia, Marco Valério Viana Freire e Rodrigo Almeida Gomes Moura. A cerimônia de entrega da premiação ocorreu no dia 11 de setembro, no auditório da Procuradoria Geral do Esta-

Alice Borges foi a primeira mulher aprovada em concurso público para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, teve trajetória de importantes representações em órgãos da área jurídica, além de já ter sido presidente da Apeb.



## CINCO ANOS DE “PAZ JUDICIAL”: GESTÃO DE DEMANDAS À LUZ DO NOVO CPC

Desde que iniciou seu processo de implementação, em 2015, o Projeto Paz Judicial - Resolução de Demandas Repetitivas vem possibilitando a gestão das demandas repetitivas na Procuradoria, proporcionando economia processual e jurídica, contribuindo para uma política de redução de litigiosidade, redução do volume de demandas judiciais, otimização dos trabalhos e segurança jurídica.

Tudo por causa do empenho de uma equipe de oito procuradores, que reuniu esforços para buscar meios de enfrentar o alto e crescente volume de demandas judiciais, amparada às inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil, em vigor desde março de 2016. O grupo, formado pelos procuradores André Luiz Peixoto Fernandes, Anna Beatriz Pinheiro Lemos Passos, Cláudia Magalhães Guerra Attiná, Fernanda de Santana Villa, José Carlos Coelho Wasconcellos Júnior, Leonardo Sérgio Pontes Gaudenzi, Paloma Teixeira Rey, Nilton Gonçalves de Almeida Filho e pela analista Maria Eloy Allegro, antecipou-se à vigência da legislação e elaborou o projeto, sendo um dos cinco ganhadores do 21º Concurso Inovação no Setor Público, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), vinculada ao Ministério do Planejamento.

O Paz Judicial, conforme explicou o procurador José Carlos Wasconcellos, criou uma metodologia e estrutura organizada para acompanhar os mecanismos processuais de resolução de demandas repetitivas, previstos no CPC. Nesse sentido, foram propostos oito Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas perante o TJ/BA, que resultaram no sobrestamento de 8.482 processos cadastrados. Dos oito, sete já tiveram seus processamentos admitidos.



## ALÉM DA PROCURADORIA

**A**lém dos papéis e das leis que permeiam as atividades na Procuradoria do Estado da Bahia, muitos procuradores aproveitam outros talentos que usam a arte e o esporte como formas de “se reconectar” e estar de ‘bem com a vida’. As atividades fazem parte do dia a dia destes profissionais, que conseguem aliar as duas rotinas e ainda, ganham com isso.

Ivana Pirajá, da Procuradoria Administrativa, desde os 13 anos, descobriu uma ‘veia’ artística: cantava, fazia oficinas de músicas, aulas de instrumentos musicais. Se afastou por um tempo das artes, mas, sete anos depois que ingressou na PGE (2004), aproveitando a indicação de um amigo, resolveu fazer um curso de contação de histórias promovido pelo Teatro Griô. O objetivo era, até então, auxiliar no trabalho voluntário que realizava no Hospital Aristides Maltez.

Ivana conta que entrou para fazer um módulo apenas, mas se encantou e fez três. Depois, foi surpreendida com um convite para integrar o grupo residente do Griô, que faz um estilo de contação baseada nas narrativas da tradição oral, com inspiração na arte dos contadores de história de matriz africana, artistas populares e palhaços. “Me descobri como artista e atriz”, disse ao confessar que tudo começou como um hobby, virou um trabalho, e “foi acontecendo”.

“O teatro me ensinou a lidar com as críticas. Sempre fui muito perfeccionista. Comecei a perceber que a crítica é fundamental para o amadurecimento profissional. Comecei a aceitar que o que faço é o melhor que posso fazer, que não somos perfeitos e isso repercute em tranquilidade para o meu trabalho na Procuradoria”, explica destacando que, para ela, a arte é transformadora, que tem alegria em saber que, após um dia exaustivo, vai poder colocar para fora suas emoções, no teatro. “A arte traz humanidade para as pessoas”, afirmou, revelando que também canta no “Ibérico Bar de Tapas” uma vez no mês.

“O que faço é o melhor que posso fazer”

Ivana Pirajá



## PAIXÃO PELO MAR

**O** outro procurador que também tem uma atividade para ‘despejar’ emoções é Olavo Senna, que também atua na Procuradoria Administrativa, focado mais na área de Família. Segundo Senna, tudo o que ele fez na vida foi para poder surfar, e sua ligação com a natureza foi determinante nisso.

Conforme conta Olavo, sempre foi praticante de esportes e gostou do mar. Aos 13 anos, quando ganhou uma prancha de um tio, descobriu que o surf era a sua vida. Hoje, 45 anos depois, ele reafirma sua descoberta praticamente todos os dias: “Nem sempre dá para pegar uma onda. Mas não dispenso o banho de mar. Diariamente”.

O procurador-surfista conta que imaginava que ia viver do surf, mas quando percebeu as dificuldades do Brasil e da Bahia, sobretudo de conseguir patrocínio para o esporte, desistiu. “Resolvi estudar para poder surfar”. Seguiu a trajetória que parece ser bem “familiar”, pois o pai era marinho e advogado. Olavo foi morar em Stela Maris, um dos locais privilegiados em Salvador para os surfistas e já conheceu várias ‘ondas’ de outros países, como a África e o Havaí. “O surf é responsável pela minha sanidade mental”.

“O surf é responsável pela minha sanidade mental”

Olavo Senna





Associação dos Procuradores  
do Estado da Bahia

---

Rua Alceu Amoroso Lima, nº 470  
Edifício Empresarial Niemeyer, Salas 212 e 213  
Caminho das Árvores, Salvador/Bahia  
Tel.: 71 3341-0062  
E-mail: [apeb@apeb.org.br](mailto:apeb@apeb.org.br)

**[apeb.org.br](http://apeb.org.br)**

